



Processo n.º: 22.553/2011 (1 volume).
Apenso n.º: 060.012.857/10 (2 volumes).
28.158/2010 (1 volume e 4 anexos).
Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.
Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE.

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar a ocorrência de possíveis prejuízos decorrentes da perda de validade de grande quantidade de medicamentos destinados a dietas enterais (fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid), adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em janeiro de 2008. Controle Interno atestou a irregularidade das contas. Decisão n.º 3.951/2013: Citação dos responsáveis. Apresentação de defesa pela Srª. Iracema Joana Salim Estefan. Decisão n.º 2.738/2014: Citação por edital do Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros. **Nesta fase:** Exame de mérito da defesa encaminhada, em face da Decisão n.º 3.951/2013. Unidade instrutiva sugere a improcedência da defesa apresentada e a revelia do responsável silente, cientificando-lhes para recolhimento do débito apurado. MPJTCD F aquiesce às sugestões. VOTO divergente: pelo provimento parcial da defesa apresentada pela Srª. Iracema Joana Salim Estefan e pela revelia do Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros; julgamento pela irregularidade das contas, sem imputação de débito; aplicação das penalidades de multa (a ambos reponsáveis) e de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal (ao responsável revel), com absorção do prejuízo pelo erário. DECLARAÇÃO DE VOTO em harmonia parcial com o Relator, divergindo apenas quanto ao valor da multa a ser aplicada à Srª. Iracema e pugnando, em acréscimo, pela aplicação da penalidade prevista no art. 60 da Lei Complementar n.º 01/1994, por um período de 5 (cinco) anos, também à aludida responsável.

DECLARAÇÃO DE VOTO

Tratam os autos de Tomada de Contas Especial – TCE instaurada para apurar a ocorrência de possíveis prejuízos decorrentes da perda de validade de grande quantidade de medicamentos destinados a dietas enterais (fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid), adquiridos pela Diretoria de Assistência Farmacêutica da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Efetuadas as apurações devidas, a Comissão Tomadora apurou um prejuízo de R\$ 1.198.500,00 (valor original), tendo como responsáveis o Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros (Assessor lotado na Diretoria de Assistência Farmacêutica) e a Srª. Iracema Joana Salim Estefan (Gerente de Programação de Insumos da jurisdicionada), consoante Relatório de TCE n.º 453/2011/DISIM/SUTCE/STC (fls. 399/407 do Processo n.º 060.012.857/10).



O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria – TCE n.º 4/2013 – CONTROLADORIA (fl. 432 do Processo n.º 060.012.857/10).

Na Sessão Ordinária n.º 4.626, de 22.08.2013, esta Corte de Contas exarou a **Decisão n.º 3.951/2013**, com o seguinte teor:

*“I. tomar conhecimento da tomada de contas especial objeto do Processo n.º 060.012.857/2010; II. **determinar a citação dos responsáveis¹ indicados no parágrafo 11 da Informação n.º 219/13 (fl. 39), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa em face do prejuízo decorrente da perda de validade de grande quantidade de medicamentos para dietas enterais (Fórmula Metabólica/XMTVI Maxamaid), adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal em quantidade superior às reais necessidades, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares e de ser-lhes aplicadas as penalidades previstas no art. 56 da Lei Complementar n.º 1/94, ou se preferirem, recolham solidariamente aos cofres públicos a importância de **R\$ 1.597.175,96 (valor atualizado em julho/2013)**; III. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para as providências pertinentes.”** (grifos acrescidos)*

Devidamente citada, a Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan apresentou, por meio de representante legal, as alegações de defesa de fls. 55/59.

Tendo em conta que o Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros não foi localizado, o Tribunal autorizou sua citação por edital, “com vistas a dar cumprimento ao inciso II da Decisão n.º 3.951/13”, nos termos da **Decisão n.º 2.738/2014**, de 10.06.2014. Porém, mesmo após sua citação editalícia, o referido responsável deixou transcorrer “*in albis*” o prazo para apresentação de defesa.

A unidade instrutiva, por meio da Informação n.º 20/2015 – SECONT/2^aDICONT (fls. 77/83), após analisar a defesa encaminhada em atenção à Decisão n.º 3.951/2013, sugeriu ao eg. Plenário que:

- “I. tome conhecimento da defesa apresentada em face da Decisão n.º 3.951/2013 pela responsável referida no § 3º desta Informação, para, no mérito, negar-lhe a procedência;*
- II. considere revel, para todos os efeitos, o Senhor Luiz Fernando Gouvêa Calheiros, nos termos do § 3º do art. 13 da Lei Complementar n.º 01/1994;*
- III. com fulcro no § 1º do art. 13 da Lei Complementar n.º 01/1994, cientifique, diretamente ou, se for o caso, por edital, os responsáveis nominados no § 7º desta Informação para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento aos cofres distritais da quantia de R\$ 1.793.041,08 (atualizada até 26/01/2015, fl. 76), conforme Matriz de Responsabilização inserida à fl. 33;*

¹ Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros e Sra. Iracema Joana Salim Estefan.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

IV. autorize o retorno dos autos à SECONT para as providências pertinentes.”

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPjTCDF, mediante o Parecer n.º 160/2015 - MF (fls. 84/89), manifestou-se em harmonia com a Secretaria de Contas – Secont/TCDF.

O n. Relator destes autos, Conselheiro Paiva Martins, depois de sintetizar a matéria, votou no seguinte sentido:

“11. Nesta fase examinam-se as alegações de defesa apresentadas, em atenção à Decisão nº 3.951/13-CSPM (fl. 48), pela Srª Iracema Joana Salim Estefan, então Gerente de Programação de Insumos (cargo em comissão, sem vínculo efetivo), em razão da prática de ato antieconômico em face do prejuízo decorrente da perda de validade de grande quantidade de medicamento (leite especial) destinado a dietas enterais (fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid), adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal em janeiro de 2008.

12. O Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros, então ocupante do cargo em comissão (sem vínculo efetivo) de Assessor de Auditoria da SES/DF, por se encontrar em “lugar incerto e não sabido”, foi citado por meio de edital, nos termos da Decisão nº 2.738/14-CPM. Contudo, mesmo após todas as diligências, não atendeu ao chamamento do Tribunal, razão pela qual deve ser considerado revel para todos os efeitos, consoante art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94².

13. A Srª. Iracema Joana Salim Estefan apresentou a defesa juntada às fls. 55/59. Em síntese, aduziu os seguintes argumentos (fls. 55/59):

i) sua Gerência alcançava vários setores (ex: medicamentos, alimentos especiais, etc.). Sua atribuição, basicamente, era encaminhar os pedidos de aquisição ao setor de compras. A adequabilidade dos pedidos era responsabilidade dos setores operacionais da SES, que contavam com profissionais especializados;

ii) apesar de ser farmacêutica, com curso de especialização na área de medicamentos, não detinha conhecimento técnico ou estatístico sobre os inúmeros pedidos que lhe chegavam, cabendo-lhe tão somente encaminhá-los ao setor de compras, confiando nas informações encaminhadas pelas unidades requisitantes;

iii) face ao grande volume de pedidos formulados diariamente pelos setores especializados, era inviável uma conferência minuciosa de todos eles.

² “Art. 13. Verificada irregularidade nas contas, o Relator ou o Tribunal: [...]

II – se houver débito, ordenará a citação do responsável para, no prazo estabelecido no Regimento Interno, apresentar defesa ou recolher a quantia devida; [...]”

§ 3º O responsável que não atender à citação ou à audiência será considerado revel pelo Tribunal, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 8465FB83
Proc 22553/2011
Fl.: 103
Proc.: 22553/11

Rubrica

14. O Corpo Técnico, no que é seguido pelo **Parquet**, sugere a improcedência da defesa e a cientificação dos responsáveis para recolherem o valor do débito atualizado (R\$ 1.793.041,08, em 26.1.2015).

15. Passo à análise dos autos, não sem antes contextualizá-lo.

16. Por meio do Memorando nº 01/2008-FADE/NMMH/DIASF, de 2.1.2008 (fl. 03 do apenso), o Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros (Assessor de Auditoria da SES à época) formulou pedido para aquisição de **750.000** (setecentos e cinquenta mil) **gramas** de fórmula metabólica para crianças de 1 a 8 anos de idade, portadoras de acidemias orgânicas (metilmalônica ou propiônica), isenta de metionina, treonina, valina, com baixo teor de iodo e de **60.000** (sessenta mil) **gramas** de suplemento alimentar com sacarose e densidade calórica maior ou igual a 1.0 kcal/ml, proteína entre 10 a 30% do valor calórico total.

17. Como justificativa para o aludido pedido, o responsável apontou o “consumo médio mensal informado pela dispensação média mensal, conforme registro em fichas de controle de estoque e análise desta Farmácia e de acordo com a Gerência de Nutrição/SAS”.

18. O expediente foi encaminhado à Sra. Iracema Joana Salim Estefan (Gerente de Programação de Insumos à época), que, **sem identificar a falha**, endossou o pedido, encaminhando-o à aquisição. Vencidos os trâmites, a compra foi realizada em 16.1.2008 pelo valor de R\$ 1.267.500,00 (fls. 15 do processo apenso).

19. Posteriormente, constatou-se que a quantia adquirida de fórmula metabólica era muito superior às necessidades reais da SES/DF. Além disso, o produto – indicado para casos muito específicos de doenças genéticas – tinha prazo de validade de apenas 2 (dois) anos, sendo que a quantia adquirida (750.000g ou 750kg) era muito superior à demanda existente à época (aproximadamente 75.000g, ou seja, 75kg por ano)

20. Com o objetivo de solucionar o impasse, a SES/DF tentou, sem sucesso, trocar o produto junto à fornecedora³. Em razão da negativa e a fim de evitar o perecimento de toda a aquisição, a jurisdicionada encaminhou expediente a instituições que poderiam ter interesse no produto. O que resultou na **doação de parte do material** ao Instituto Canguru (SP, 145 latas de 500g, fl. 285 do apenso)⁴, ao Hospital das Clínicas de Porto Alegre (RS, 50 latas de 500g, fl. 285 do apenso) e à Prefeitura Municipal de Rio Verde (GO, 100 latas de 500g, fl. 292 do apenso).

21. Ao final, constatou-se a perda de 538.500 (quinhentos e trinta e oito mil e quinhentas) gramas da fórmula metabólica XMTVI Maxamaid, referente ao estoque remanescente.

³ Medcommerce Comercial de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.

⁴ O Instituto Canguru – Grupo de Apoio a Erros Inatos do Metabolismo e Doenças Raras é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, sem fins lucrativos e com sede em São Paulo - SP, fundada em 2002 por um grupo de familiares e amigos de pacientes que buscavam orientação e maiores informações sobre erros inatos do metabolismo e doenças raras.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 8465FB83
Proc 22553/2011
Fl.: 104
Proc.: 22553/11

Rubrica

22. Esta TCE tem por objetivo recompor o erário distrital no montante do prejuízo experimentado pela perda de validade dos produtos supracitados, cujo valor é estimado em R\$ 1.198.500,00 (valor original).

23. Com as vênias de estilo ao **Parquet** e à Unidade Técnica, meu entendimento diverge dos pareceres.

24. A despeito de o Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros não ter comparecido aos autos para apresentar defesa, estou convencido de que estamos diante de um típico caso em que houve **falha do servidor** na realização do pedido de aquisição de material, já que o consumo médio anual era de aproximadamente 75.000g (75 kg) e a requisição foi para a compra de 750.000g (750 kg).

25. No Termo de Depoimento do Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros à Comissão de Sindicância (fl. 41 do apenso), consta:

'que trabalhou na SES como assessor de auditoria no período de dezembro de 2005 a setembro de 2008 (...); que o depoente passou a exercer suas atividades na Farmácia, tendo providenciado, inclusive, um local adequado para o depósito de produtos; que embora o setor fosse vinculado a DIASF, o depoente passou a ser o responsável, informalmente, pela Farmácia que o depoente organizou todo o setor (...); o chefe da UAG encaminhava para a DIASF um documento solicitando o planejamento prévio de produtos diversos para abastecer a rede, dentre os quais, produtos para dietas enterais; que o diretor da DIASF colocava o depoente para repassar os produtos que precisavam ser adquiridos para suprir a Farmácia de dietas enterais; (...) separava todos os relatórios dos pacientes que faziam uso dos produtos a ser adquiridos para análise e realização de um levantamento; que (...) fazia um levantamento com base nos relatórios da Gerência de Nutrição, faziam uma estimativa; que (...) o depoente encaminhava um memorando para a DIASF objetivando a expedição do pedido de aquisição de material; (...) que os produtos eram entregues ao Núcleo de Recebimento da DIASF, o qual comunicava ao depoente que o produto havia chegado; (...) que o depoente conferia toda a mercadoria para verificar se estava de acordo com o processo de aquisição; que estando de acordo os produtos eram encaminhados para depósito (...); (...) que assinou pela servidora Carolina Carvalho uma vez que a mesma (sic) encontrava em reunião e ficou impossibilitada de assinar, tendo autorizado, informalmente, o depoente a assinar por ela; (...) que o referido memorando foi encaminhado para o Núcleo de Programação visando a emissão de PAM (...); (...) que a aquisição foi feita para atender o período de doze meses; (...) que antes de formalizar o memorando foi feito um levantamento com base nos relatórios dos pacientes que faziam uso dos referidos produtos (...)'.(grifei).

26. Já no Termo de Depoimento da Sra. **Iracema Joana Salim Estefan** à Comissão de Sindicância (fl. 44 do apenso), consta:

'que exerceu o cargo de Gerente de Programação de Insumos/SES no período de julho de 2007 a abril/2008, salvo engano, sem vínculo efetivo com a Administração



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 8465FB83
Proc 22553/2011
Fl.: 105
Proc.: 22553/11

Rubrica

*Pública; (...) **que a atribuição da Gerência de Insumos/SES era centralizar toda a demanda de aquisição de produtos de saúde encaminhada pelos chefes dos setores competentes**; que no setor da depoente não ficava nenhum documento ou cópia do mesmo referente aos pedidos que eram encaminhados com o respectivo PAM (Pedido de Aquisição de Material) para a formação do processo de aquisição; **que a assinatura da depoente no referido documento ocorreu após informação do ex-servidor Luiz Fernando**; **que a compra dos produtos era necessária para suprir a necessidade da rede (SES)**; (...) **que a depoente não questionou o quantitativo dos produtos solicitados, uma vez que ele era o responsável, informalmente, pela Farmácia de Dietas Enterais/SES**; que a depoente não questionou o documento assinado pela mesma, por entender que as solicitações eram feitas por pessoas qualificadas tecnicamente; **que toda compra de medicamentos, material médico hospitalar, material de laboratório e material odontológico passavam pela Gerência da depoente, não tendo, desta forma, controle minucioso sobre a aquisição desses (...);**’ (grifei).*

27. *Compulsando os autos, identifiquei a manifestação da então titular da Gerência de Abastecimento da Diretoria de Suporte e Material da SES/DF, Sra. Maria Normailda de Moraes, que, por meio do Ofício nº 122/2010-GEAB/DISM/UAG/SES-DF, de 9.12.2010 (fls. 388/398 do apenso), revelou a **situação caótica vivida pela SES/DF à época do ocorrido**, destacando que:*

‘A Farmácia Central há muito não dispõe de espaço físico adequado para receber, armazenar e distribuir adequadamente seus produtos (...). O armazenamento é realizado em diversos locais do Parque de Apoio da SES e no antigo NUMAB, muitos deles sem a menor condição sanitária ou de segurança contra acidentes e furtos. ‘

[...]

*‘Atualmente o sistema informatizado não realiza controle de lote e validade dos itens, não informa possíveis vencimentos nem emite alerta em caso de transferência indevida de lotes com maiores validades. Os servidores são orientados a, no ato de separação dos materiais, observarem quais lotes têm validade menor e dar prioridade para eles na distribuição. **Trata-se de um mecanismo arcaico e completamente susceptível a erros.** ‘*

[...]

*‘Não há uma rotina em relação à conferência dos estoques, uma vez que **o número de servidores é insuficiente para realizar contagem e atender às solicitações que diariamente são remetidas à Farmácia Central**, uma vez que não somos autorizados a fechar para balanço. Somente é realizado o Balanço Anual de Tomada de Contas. ‘*

[...]

‘Pelo acúmulo de atribuições, se vê obrigada a dar preferência à resolução dos problemas graves em detrimento de outros. Isso gera acúmulo de trabalhos e



sobrecarga dos servidores, principalmente a gerência, problema igualmente encontrado em relação ao antigo NUMAB⁵. (grifei).

28. Percebe-se, desta forma, que as razões apresentadas pela Sra. Iracema Joana Salim Estefan são razoáveis e coerentes com a descrição apresentada pela então Gerente de Abastecimento da Diretoria de Suporte e Material da SES/DF.

29. Ao confrontar a situação posta nos autos, é fácil concluir que os responsáveis vivenciavam, à época, a típica rotina que assola o funcionalismo no poder executivo distrital, notadamente na área de saúde: fragilidade dos controles administrativos, escassez de recursos, reduzido quadro de servidores, ausência de treinamento específico, elevado volume de trabalho e pouco tempo para a tomada de decisão.

30. Noutro giro, a conduta culposa – diante de um fato apontado como irregular – deve ser aferida pelo que **ordinariamente acontece**, não pelo que extraordinariamente possa ocorrer, tomando por base a conduta dos agentes, o nexo de causalidade entre a conduta e a irregularidade e a culpabilidade. Das lições de Sérgio Cavalieri Filho⁶ extrai-se que:

‘Jamais poderá ser exigido do agente um cuidado tão extremo que não seria aquele usualmente adotado pelo homem comum, a que os romanos davam a designação prosaica de ‘bonus pater familiae’, e que é, no fundo, o tipo de homem médio ou normal que as leis têm em vista ao fixarem os direitos e deveres das pessoas em sociedade. ‘

31. Sobre esse tema, cobra relevo o fundamento de um importante julgado do TCU, **in verbis**:

*‘Entendo que, **para aplicação de sanção de natureza administrativa, com o consequente julgamento pela irregularidade das contas, não basta que se comprove a existência do fato e sua subsunção à descrição legal. Faz-se necessário, ainda, que a conduta do agente responsável pela impropriedade apontada seja também culpável, tomada em seu sentido amplo.** (Acórdão nº 1.447/2003- 2ª Câmara)’* (grifei).

32. Nessa linha, entendo que a culpabilidade – elemento indispensável à responsabilização – da Sra. Iracema Joana Salim Estefan e do Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros em relação ao prejuízo apurado resta comprometida pela presumível **boa-fé** de seus atos.

33. Com efeito, além de não ter sido demonstrado nos autos o dolo ou má-fé dos servidores envolvidos na aquisição, inexistente qualquer indicativo de que eles tenham se locupletado em razão dos valores pagos pela SES/DF à empresa licitante.

34. Desarrazoada e desproporcional, portanto, a imputação do débito, que atualmente monta a mais de R\$ 1.793.041,08 (um

⁵ Núcleo de Medicamentos para a Atenção Básica da Secretaria de Saúde/DF – NUMAB/DF

⁶ Sérgio Cavalieri Filho, in Programa de responsabilidade civil, 2 ed. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 39



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 8465FB83
Proc 22553/2011
Fl.: 107
Proc.: 22553/11

Rubrica

milhão, setecentos e noventa e três mil, quarenta e um reais e oito centavos) aos servidores que atuaram na aquisição da fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid, inclusive, abarcando o valor referente aos produtos que foram doados (147,5 kg) a outros entes pela SES/DF.

35. *Insta destacar que o valor do débito é 806 vezes superior à remuneração percebida à época pelos responsáveis (R\$ 1.486,63)⁷.*

36. *O Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros e a Sra. Iracema Joana Salim Estefan devem, sim, responder pela falha apurada em atenção não apenas à atuação corretiva, mas também orientadora e pedagógica desta Corte de Contas. Porém de forma coerente com a situação posta nos autos.*

37. *Para elucidar a questão, colaciono preciosa lição extraída de Voto do então Conselheiro JACOBY FERNANDES (e-doc 29C2ED36), in verbis:*

‘Há uma linha divisória que separa a responsabilidade funcional dos servidores da obrigação que detém a Administração Pública de assumir os riscos da atividade pública. Nesse aspecto limiar reside a constatação de que o ressarcimento dos prejuízos causados ao Tesouro Público não pode ser dissociado dos aspectos finalísticos da conduta do agente, pois essa é a teoria que informa aspectos essenciais do Direito brasileiro, especialmente na seara penal. No entanto, deve-se considerar o fato de que toda atividade humana é sujeita a um risco nela implícito, decorrente, em princípio, da falibilidade do ser e dos limites de percepção e de resposta da pessoa natural.

Por isso, o risco da atividade funcional deve ser, no plano lógico, razoável dentro das condições humanas do agente estatal.

A obrigação de ressarcimento, ipso facto, decorre da carga de responsabilidade transferida ao servidor. Todavia, atendendo à exigência de reciprocidade, a esse acervo deve corresponder uma remuneração proporcional e condizente com o eventual custo sofrido pelo agente em sua atividade.

De outra maneira estaria o Estado transferindo o risco da atividade administrativa para o seu corpo funcional, possibilidade que tenho contestado em alguns processos relacionados a acidente de veículos. Inadmito, pois, que a responsabilidade pelo ressarcimento funcione como atividade securitária dos bens estatais.

Por isso, se o Estado bem remunera os seus servidores, pelo fato de que exercem atividades com significativa responsabilidade patrimonial, então a obrigação de ressarcimento existe de fato para o agente, ao lado de eventuais sanções que com ela possam cumular.

⁷ Conforme consta do sítio: <http://www.vordf.com.br/carreiras/cargocomissao/tab-df-grg-1996-01.html>. O Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros era ocupante do cargo de Assessor de Auditoria da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Símbolo DFA-11, e a Sra. Iracema Joana Salim Estefan era ocupante do cargo de Gerente, da Gerência de Programação de Insumos, da Diretoria de Suporte Material, da Unidade de Administração Geral, da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, Símbolo DFG-11.



Mas se a remuneração não alcança um patamar adequado para a responsabilidade do servidor, então deverá a Administração Pública absorver as perdas patrimoniais, ressalvadas outras sanções administrativas porventura aplicáveis, como advertência, suspensão, multa, demissão e cassação de aposentadoria.

É de se notar que, em alguns casos, não é possível compensar o risco assumido pelo servidor, pois este é de tal monta que não será possível estabelecer um nível adequado de remuneração que não supere o teto remuneratório do serviço público. É o que ocorre, por exemplo, com o responsável pelo gerenciamento do Metrô, pois os prejuízos da operação inadequada podem ascender à casa de milhões de reais. Tal fato também ocorre com operações financeiras de vulto, nas quais eventuais falhas administrativas podem resultar em grandes perdas. **Nesses casos, a absorção dos prejuízos pelo erário deve ser plena.**" (grifei).

38. *O que se pode concluir pela análise minuciosa dos fatos é que existia (ou existe) uma profunda incoerência no sistema de licitação da SES. O **leite especial** adquirido, cuja fórmula metabólica é XMTVI Maxamaid, é usado em pequenas quantidades pelos pacientes... **daí a sua dispensação médica em gramas.** No entanto, sua comercialização é feita em latas, no caso de 500g. **Qual a razoabilidade de se fazer uma licitação tendo por base unitária o grama?** O consumo estatístico anual seria de 72.000 a 75.000 gramas, ou seja, o equivalente a 144 a 150 latas de 500 gramas.*

39. *Por derradeiro, vale destacar que **o preço pago pelos produtos estava coerente com o valor de mercado à época** (R\$ 1,69/g da fórmula metabólica e R\$ 0,03/g do suplemento alimentar, fls. 7/8 do apenso), bem como que não houve nenhum questionamento acerca da quantidade adquirida de suplemento alimentar.*

Por estas razões, lamentando divergir dos Pareceres, VOTO no sentido de que o Tribunal:

- I. tome conhecimento da defesa apresentada pela Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan (fls. 55/59) para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;*
- II. considere revel, para todos os efeitos, o Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros, nos termos do § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº 01/94;*
- III - julgue, com fulcro no art. 17, III, da Lei Complementar nº 01/94, irregulares as contas do Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros e da Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan, sem imputação de débito;*
- IV. aplique, com fundamento no art. 57, inciso III, da Lei Complementar nº 01/94 c/c art. 182, inciso II, do RI/TCDF:*
 - a) multa de R\$ 23.396,00 (vinte e três mil, trezentos e noventa e seis reais) ao Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros, em razão da falha na elaboração do pedido*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

de aquisição da fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid, da qual resultou prejuízo ao erário distrital;

b) multa de R\$ 2.339,60 (dois mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) à Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan, em razão da falha na fiscalização ao autorizar o pedido de aquisição da fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid, da qual resultou prejuízo ao erário distrital.

V. aplique ao responsável identificado no inciso IV, alínea “a” a pena acessória de inabilitação, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, prevista no art. 60 da Lei Complementar nº 01/94;

VI. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;

VII. considere regular a absorção do prejuízo apurado (no valor original de R\$ 1.198.500,00) pelo erário distrital;

VIII. dê conhecimento pessoal deste Relatório/Voto e da r. Decisão que vier a ser adotada ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde para conhecimento e alerta das unidades envolvidas na aquisição, controle de estoque e dispensação de medicamentos, para que providências sejam tomadas no intuito de coibir que tais falhas voltem a se repetir;

IX. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para arquivamento e adoção das providências pertinentes.” (grifos do original)

Com as devidas vênias aos entendimentos contrários, considero que o encaminhamento proposto pelo nobre Relator do feito, Conselheiro Paiva Martins, merece acolhida pelo Plenário desta Corte de Contas, com ajuste e acréscimo nos itens “IV-b” e V das sugestões transcritas anteriormente, respectivamente.

O **ajuste** que proponho refere-se ao valor da multa a ser aplicada à Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan. Entendo que a gravidade das falhas constatadas nos autos enseja a aplicação de valor superior ao proposto pelo n. Relator.

Nesse sentido, pugno por que a multa atualmente majorada em R\$ 2.339,60 (dois mil, trezentos e trinta e nove reais e sessenta centavos) seja aumentada para R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

O **acrécimo** que faço refere-se à aplicação da penalidade prevista no art. 60 da Lei Complementar n.º 01/1994, por um período de 5 anos, também à aludida responsável, ante o prejuízo apurado nos autos (R\$ 1.198.500,00 – valor original do débito, em janeiro/2008).

Assim, a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal deverá ser aplicada a ambos os envolvidos (Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros e Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 8465FB83
Proc 22553/2011

Fl.: 110
Proc.: 22553/11

Rubrica

Diante do exposto, em conformidade com o art. 71 do RI/TCDF, em harmonia parcial com o encaminhamento proposto pelo n. Conselheiro Paiva Martins, com o ajuste e acréscimo que faço, VOTO no sentido de que o eg. Plenário:

- I. tome conhecimento da defesa apresentada pela Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan (fls. 55/59) para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
- II. considere revel, para todos os efeitos, o Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros, nos termos do § 3º do art. 13 da Lei Complementar n.º 01/1994;
- III - julgue, com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar n.º 01/1994, irregulares as contas do Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros e da Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan, sem imputação de débito;
- IV. aplique, com fundamento no art. 57, inciso III, da Lei Complementar n.º 01/1994 c/c art. 182, inciso II, do RI/TCDF:
 - a) multa de R\$ 23.396,00 (vinte e três mil, trezentos e noventa e seis reais) ao Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros, em razão da falha na elaboração do pedido de aquisição da fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid, da qual resultou prejuízo ao erário distrital;
 - b) multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) à Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan, em razão da falha na fiscalização ao autorizar o pedido de aquisição da fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid, da qual resultou prejuízo ao erário distrital;
- V. aplique aos responsáveis identificados no inciso IV, alíneas “a” e “b”, a pena acessória de inabilitação, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal, prevista no art. 60 da Lei Complementar n.º 01/1994;
- VI. aprove, expeça e mande publicar os acórdãos que submeto à apreciação do e. Plenário;
- VII. considere regular a absorção do prejuízo apurado (no valor original de R\$ 1.198.500,00) pelo erário distrital;
- VIII. dê conhecimento da decisão que vier a ser adotada ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde para conhecimento e alerta das unidades envolvidas na aquisição, controle de estoque e dispensação de medicamentos, para que providências sejam tomadas no intuito de coibir que tais falhas voltem a se repetir;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 8465FB83
Proc 22553/2011

Fl.: 111
Proc.: 22553/11

Rubrica

- IX. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas – Secont/TCDF, para arquivamento e adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2016.

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro



ACÓRDÃO Nº ____/2016

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares, sem imputação de débito. Prática de ato de gestão antieconômico. Absorção do prejuízo pelo erário distrital. Aplicação ao responsável de multa e da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Processo TCDF nº: 22.553/11 (1 volume).

Apensos nºs: 060.012.857/10 (2 volumes) e 28.158/2010 (1 volume e 4 anexos).

Nome/Função: Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros (Assessor de Auditoria).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Revisor: Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

Unidade Instrutiva: Secretaria de Contas – Secont/TCDF.

Representante do MP: Procuradora MÁRCIA FARIAS.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador:

Falha na elaboração e na autorização do pedido de aquisição de fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid, da qual resultou prejuízo ao erário distrital.

Valor da multa aplicada ao responsável: R\$ 23.396,00 (vinte e três mil, trezentos e noventa e seis reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Instrutiva e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do voto proferido pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, em:

- I) julgar, com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 01/94, **irregulares** as contas do Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros, sem imputação de débito;
- II) aplicar ao responsável, com fundamento no art. 57, inciso III, da LC nº 01/94, c/c o art. 182, inciso II, do RI/TCDF, a **multa** acima indicada;
- III) fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável **comprove**, perante o Tribunal, o **recolhimento** aos cofres distritais (art. 186 do RI/TCDF) da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado (art. 59 da Lei Complementar n.º 01/1994);
- IV) **inabilitar** o Sr. Luiz Fernando Gouvêa Calheiros, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do art. 60 da LC n.º 1/1994;
- V) autorizar, desde logo, a **cobrança judicial** do débito, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, caso a medida prevista no item II anterior não surta o efeito esperado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 8465FB83
Proc 22553/2011
Fl.: 113
Proc.: 22553/11

Rubrica

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2016

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA
Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro – Revisor

Fui presente:
Representante do MP



ACÓRDÃO Nº ____/2016

Ementa: Tomada de Contas Especial. Contas julgadas irregulares, sem imputação de débito. Prática de ato de gestão antieconômico. Absorção do prejuízo pelo erário distrital. Aplicação ao responsável de multa e da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Processo TCDF nº: 22.553/11 (1 volume).

Apenso nºs: 060.012.857/10 (2 volumes) e 28.158/2010 (1 volume e 4 anexos).

Nome/Função: Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan (Gerente de Programação de Insumos).

Órgão: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF.

Revisor: Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO.

Unidade Instrutiva: Secretaria de Contas – Secont/TCDF.

Representante do MP: Procuradora MÁRCIA FARIAS.

Síntese de impropriedades/falhas apuradas ou dano causador:

Falha na elaboração e na autorização do pedido de aquisição de fórmula metabólica/XMTVI Maxamaid, da qual resultou prejuízo ao erário distrital.

Valor da multa aplicada à responsável: R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da Unidade Instrutiva e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas do Distrito Federal, nos termos do voto proferido pelo Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, em:

- I) julgar, com fulcro no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei Complementar nº 01/94, **irregulares** as contas da Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan, sem imputação de débito;
- II) aplicar à responsável, com fundamento no art. 57, inciso III, da LC nº 01/94, c/c o art. 182, inciso II, do RI/TCDF, a **multa** acima indicada;
- III) fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que a responsável **comprove**, perante o Tribunal, o **recolhimento** aos cofres distritais (art. 186 do RI/TCDF) da quantia relativa à multa aplicada, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, caso este ocorra após o prazo fixado (art. 59 da Lei Complementar n.º 01/1994);
- IV) **inabilitar** a Sr^a. Iracema Joana Salim Estefan, por um período de 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do art. 60 da LC n.º 1/1994;
- V) autorizar, desde logo, a **cobrança judicial** do débito, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei Complementar n.º 01/1994, caso a medida prevista no item II anterior não surta o efeito esperado.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO INÁCIO MAGALHÃES FILHO

e-DOC 8465FB83
Proc 22553/2011
Fl.: 115
Proc.: 22553/11

Rubrica

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2016

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA
Presidente

INÁCIO MAGALHÃES FILHO
Conselheiro – Revisor

Fui presente:
Representante do MP